

## A SAÚDE DO ADOLESCENTE NO ÂMBITO SOCIOEDUCATIVO: UMA INTERLOCUÇÃO ENTRE O SINASE E A PNAISARI

*Luciano Aparecido Pereira Junior, Talisson Roberto Bergamim, João Pedro Pereira Martins,  
Regina Celia De Souza Beretta*

DOI: 10.47094/ICOLUBRAIS.2021/12

Palavras-Chave: Políticas Públicas de Saúde, Socioeducação, Colaboração Intersetorial.

Introdução: O Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE), enquanto lei, surge em 2012, se propondo a regulamentar as medidas de corresponsabilização aplicadas ao adolescente, bem como a garantia de direitos e proteção social. Este sistema visa a articulação em rede, por meio de um trabalho conjunto entre as políticas públicas existentes, bem como a execução da Política Nacional de Atenção Integral a Saúde de Adolescentes em Conflito com a Lei (PNAISARI), no que concerne o atendimento em saúde do adolescente em atendimento socioeducativo. Objetivo: O estudo se objetivou em compreender a aplicação da PNAISARI no âmbito do SINASE, pensando a saúde do adolescente e as perspectivas que envolvem a sua proteção e integralidade. Metodologia: A pesquisa bibliográfica e documental foi realizada por meio da abordagem qualitativa e da busca nas bases de dados SciELO e Google Acadêmico, além de cartilhas do governo brasileiro, por meio dos descritores: Promoção da Saúde; Políticas públicas de saúde; Saúde do adolescente; Colaboração Intersetorial; Socioeducação. A análise dos dados seu deu por meio da perspectiva do materialismo histórico-dialético, enquanto referencial teórico metodológico, e da “Análise de Conteúdo”, observando suas etapas de leitura e interpretação dos dados. Resultados: A efetividade da atenção à saúde, enquanto direito, dos adolescentes em conflito com a lei, se apresenta como um enorme desafio mediante as iniquidades em saúde e os determinantes sociais que afetam diretamente este público. Além disto, a perspectiva trazida pela PNAISARI está diretamente atrelada à medida de internação, o que faz com que aqueles que cumprem outras modalidades de atendimento socioeducativo não tenham uma atenção direta de uma política específica, demandando uma maior articulação entre a rede de proteção social e a de atenção em saúde, mediante o acompanhamento desta população nos dispositivos de saúde. Considerações Finais: Por fim, é necessário compreender além do funcionamento e aplicação das políticas, como os profissionais, familiares e o público atendido se posicionam e interagem frente às diversas demandas que se apresentam, e mais além, é preciso uma política de saúde para os adolescentes que seja efetiva, garantindo direitos, fortalecendo vínculos e enfrentando às vulnerabilidades sociais com que convivem.